

**‘Alternativa’ para denunciar: Chana Com Chana contra o sistema***An alternative for denunciation: ChanaComChana against the system*Kleire Anny Pires de Souza<sup>1</sup>, UDESC**Resumo**

O objetivo deste trabalho é destacar a importância dos impressos alternativos como espaços de denúncia e crítica lésbica à sociedade brasileira. Reflete-se sobre como esses materiais possibilitaram resistência de grupos marginalizados, como mulheres lésbicas, durante o regime militar. A relevância desses impressos, fortalecidos nos anos 1970, está em ampliar a história da imprensa para além da narrativa tradicional. Funcionaram como mídia alternativa à censura, criando espaços de informação, crítica e denúncia. O estudo analisa o periódico *ChanaComChana* (1982-1989), que construiu um espaço próprio de resistência. Suas páginas denunciaram questões como o patriarcado e a opressão das lésbicas na sociedade. A metodologia utiliza os estudos da História Cultural, em especial Roger Chartier. A pesquisa integra dissertação de mestrado defendida em 2023. As fontes são os impressos alternativos, com destaque ao *ChanaComChana*. Prioriza-se a visibilidade lésbica e a denúncia das violências sofridas.

**Palavras-chave:** Imprensa alternativa; Lésbicas; Denúncias.

**Abstract**

The aim of this work is to highlight the importance of alternative print media as spaces for lesbian denunciation and critique of Brazilian society. It reflects on how these materials enabled resistance by marginalized groups, such as lesbian women, during the military regime. The relevance of these publications, which gained strength in the 1970s, lies in expanding press history beyond the traditional narrative. They functioned as alternative media to censorship, creating spaces for information, critique, and denunciation. The study analyzes the lesbian periodical *ChanaComChana* (1982–1989), which established its own space of resistance. Its pages denounced issues such as patriarchy and the oppression of lesbians in society. The methodology is grounded in Cultural History studies, especially Roger Chartier. The research is part of a master’s dissertation defended in 2023. The sources are alternative periodicals, with emphasis on *ChanaComChana*. The focus is on lesbian visibility and the denunciation of violence suffered.

**Keywords:** Alternative press; Lesbians; Reports

**Introdução**

O uso dos impressos como fontes históricas ganhou destaque durante a chamada renovação historiográfica do século XX, o que possibilitou a expansão do leque de fontes históricas. Esse movimento contribuiu para que a imprensa passasse a ser objeto de estudo e

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista CAPES, vinculada ao Laboratório de Ensino de História (LEH-Udesc) e ao Grupo de Pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas (CNPq/Udesc). Recebe financiamento do CNPq, por meio de bolsas, e da Fapesc, em forma de apoio à infraestrutura dos grupos de pesquisa da Udesc e por meio do Edital de Chamada Pública Universal n. 21/2024. E-mail: kkleire@gmail.com

uma importante fonte para a produção do conhecimento histórico. O militar e historiador brasileiro Nelson Werneck Sodré, em *História da Imprensa no Brasil* (1966), comenta que a chamada História da Imprensa se dedicou a estudar as relações entre a imprensa e a sociedade. Ao perspectivar o tempo, a imprensa é vista como objeto e sujeito da história brasileira, fundidos em uma única análise (Luca; Martins, 2012, p. 7), o que contribuiu para a expansão do uso da imprensa como fonte histórica. Essa ampliação permitiu que novos olhares e perspectivas fossem incorporados às análises dos historiadores.

Apesar de a imprensa existir no Brasil desde a chegada da família real, seu uso como fonte histórica foi, por muito tempo, malvisto, pois acreditava-se que os jornais e seus materiais carregavam um forte cunho ideológico. Essa premissa, enraizada em um modelo historiográfico positivista, foi questionada e revolucionada por pesquisadores como Tânia Regina de Luca e Ana Luíza Martins, como também no mesmo sentido, Maria Helena Rolim Capelato (1988) destaca que a imprensa deve ser compreendida não como um reflexo passivo dos fatos, mas como um 'agente político' que interfere ativamente na construção da realidade social, tornando sua suposta parcialidade um objeto central de análise.

Deve-se destacar que, devido ao grande volume de edições dos jornais, a análise metódica e ética pode ser desafiadora. No entanto, as pesquisas apontam que “os trabalhos sobre a imprensa no Brasil têm se voltado para análises pontuais e fragmentadas, por vezes pensadas em um amplo espectro, mas que acabam interrompidas e inconclusas pela inviabilidade da magnitude da empreitada” (Luca; Martins, 2012, p. 14). Esse método, que trabalha com potencialidades e fragmentos, abre possibilidades e olhares que expandem a natureza da análise. Em uma fonte impressa, é possível analisar diversos aspectos, desde sua constituição material como tipografia, impressão, papel e estrutura até aspectos simbólicos, como discursos, representações e conteúdo.

O campo das fontes impressas, que inicialmente limitava-se aos jornais, passou a ganhar maior relevância entre os pesquisadores a partir do século XX. Isso porque, antes da década de 1970 era difícil encontrar trabalhos que explorassem a imprensa como fonte para pensar a história do Brasil, eram vistos como distorcidos, ou agentes políticos de causas marcadas. Após a década de 1970 e o explorar das possibilidades metodológicas das fontes, passaram a ser incluídas outras formas de produção, como zines, quadrinhos, tirinhas, boletins, folhetins e uma ampla gama de materiais. Para cada segmento, foram desenvolvidos categorias e métodos próprios de análise. Nesse contexto, destacam-se dois momentos importantes na construção do campo das fontes impressas: a chamada “História da Imprensa”

e a “História por meio da imprensa”. Inicialmente, a preocupação dos pesquisadores era mapear os jornais brasileiros, numa tentativa de construir a História da Imprensa no Brasil. No entanto era necessário mobilizar a história por meio da imprensa, utilizando-a como fonte documental.

A partir dessas novas possibilidades de utilização documentando, podemos investigar a história das lésbicas e dos homens gays no Brasil, principalmente através da imprensa visto que pode ser um exemplo concreto desse mobilizar a história por meio da imprensa, utilizando principalmente os periódicos publicados nas décadas de 1970 e 1980. Eram impressos e circulavam de diferentes formas, seja pelos correios ou por distribuição orgânica em espaços de sociabilidade. As principais fontes destacadas para compreender a formação desse “espaço de denúncia” foram principalmente o boletim-jornal *ChanaComChana* e alguns recortes do jornal *Lampião da Esquina*. Ambas as publicações tinham circulação geograficamente localizada no eixo Rio-São Paulo, onde se concentravam os grupos que produziam os jornais, expandindo conforme ganhavam popularidade.

O objetivo deste artigo é demonstrar como as fontes impressas são importantes para pensar a historiografia além das narrativas hegemônicas, possibilitando a produção de novos caminhos que deem visibilidade a grupos marginalizados. Além disso, pretende-se analisar como esses grupos construíram, por meio do uso da imprensa, um espaço de possibilidades para denúncias e tensões políticas e sociais.

A forma de distribuição da fonte aqui trabalhada, a princípio, era limitada aos locais de encontro e vivências, sendo vendidos e distribuídos de maneira orgânica a princípio, com a venda em espaços de sociabilidade, como o exemplo mais conhecido da publicação a respeito da invasão do Bar Ferro’s localizado próximo à Avenida 9 de Julho, no centro da cidade de São Paulo capital, bar que era local comum de sociabilidade das lésbicas paulistanas. O local chegou até mesmo proibir a venda o que também passou compor uma das denúncias feitas no periódico como lembra uma das editoras Miriam Martinho;

Todos os sábados, quando íamos vender o boletim ChanacomChana no Ferro’s éramos agredidas pelo porteiro — com ameaças ou com puxões de braço para que nos retirássemos. Até que no dia 23 de julho último, a barra pesou mais: um dos donos do bar, seu segurança e seu porteiro tentaram concretizar a expulsão, através de agressões físicas. Enquanto nos puxavam para o lado de fora, parte das lésbicas — que compram o boletim e conversam com as moçoilas do GALF - nos segurava lá dentro (UmOutroOlhar, 2022)

A amplitude nacional viria pouco tempo depois, com a popularização passando a utilizar assinaturas através da própria publicação, além de utilizar caixa postal.

**Figura 1 - Assinatura**



Fonte: Chana Com Chana, edição 5.

Os meios mais comuns de verificar essa expansão são as sessões de troca de cartas entre as leitoras e seus perfis. A primeira edição, do *ChanaComChana* ainda em formato de jornal, seguindo modelo tabloide, com matriz quadrada, layout semelhante aos jornais de circulação fora do modelo da imprensa alternativa como a Folha de São Paulo, com colunas bem delimitadas, marcações simétricas e um modelo quadrado. Não é possível determinar a qualidade do papel, uma vez que só existem versões digitais das fontes nas quais tive acesso. As publicações são separadas, pois, não compõem o mesmo grupo responsável pela editoração do *ChanaCom Chana*, mencionados pela editora Miriam Martinho, salvaguardora das fontes digitalizadas essa separação em dois momentos no quais nomeia essa edição como número 0;

março de 1982 – participação no 8 de março, Dia Internacional da Mulher, com venda de camisetas, distribuição do tabloide ChanacomChana 0 e um texto sobre a data [...]

ChanacomChana foi publicado, pela primeira vez, em janeiro de 1981, como um pequeno jornal, pelo coletivo que compunha o Grupo Lésbico-Feminista (1979-1981). Nesse mesmo ano, também foram feitas outras tentativas de editar um novo número do jornal, então com a participação de mulheres de outros grupos, mas a divergência de ideias quanto à linha de publicação a ser seguida levou ao abandono do projeto. Ainda em 1981, o próprio Grupo Lésbico-Feminista desmobilizou-se, sendo que a maioria de suas integrantes deixou de atuar politicamente. Das que continuaram militando, algumas

partiram para atividades em outros grupos feministas enquanto outras, entre as quais me incluo, decidiram dar continuidade a um trabalho especificamente lésbico (Martinho, Miriam, UmOutroOlhar, 2021, s/p).

As primeiras publicações, do número zero, e dos outros números foram compostos a partir da formação do grupo Lésbico-Feminista, ou LF. Grupo esse que a princípio surgiu do encontro de mulheres lésbicas que participavam do SOMOS, o considerado primeiro grupo homossexual a existir no Brasil. O SOMOS atuava em São Paulo, por se tratar de um grupo com maioria masculina, convidou algumas mulheres a comporem o grupo, o que desse encontro resultaria na formação de um sub-grupo lésbico, o LF e posteriormente uma separação para focar nas questões de interesse lésbico. Segundo publicações posteriores “um grupo fundamentalmente de socialização e pegação com um núcleo de militância. Nesse sentido, chegou a ter umas 30 mulheres circulantes, mas com no máximo 10 delas tendo algum ativismo real” (UmOutroOlhar, 2022) assim a partir daí, dessa organização e do ‘racha’ com o SOMOS, que o grupo Lésbico-Feminista (LF) vai publicar o número 0 do *ChanaComChana* ainda em 1981.

O chamado ‘racha’ foi a saída das lésbicas do grupo SOMOS (Lampião, n. 25, p. 8), e a partir da sua independência como grupo unitário a duração até 1981, onde saiu a edição 0 do *ChanaComChana*. A edição 0, introduziu brevemente 4 páginas, em tabloide apresentava uma entrevista exclusiva com a cantora Ângela RoRo. Contava com a participação de Fanny, Maria Serrath e Teca, Maria Carneiro da Cunha, Nair Benedito e Cristina. As quatro páginas apresentavam questões importante para o ano de 1981, como a discussão da temática da homossexualidade, do uso da palavra ‘lésbica’, além de apresentar um espaço de mulheres falando abertamente de temáticas nada comuns para o início da década de 1981, que ainda estava num processo de fim do regime militar. Portanto, a investigação das publicações do periódico *ChanaComChana* contam com representações importante para a década, mas também para uma análise dos desdobramentos dos eventos históricos e de como esses acontecimentos se estendem por toda uma temporalidade a ponto de se projetarem de maneira estratificada, carregando em si passado, presente e futuro, assim como apresentados pela teoria de Koselleck (2014) em *Estratos do Tempo*.

O conceito de representação (Chartier, 1990) não é uma idealização fixa, possui suas ramificações, leva em conta a realidade dos sujeitos, principalmente ao pensar em grupos e classes sociais. Não sendo os discursos construídos numa neutralidade, o conceito depende também da percepção do poder simbólico (Bourdieu, 1989), que demonstra que as representações podem ser idealizações tanto dos dominantes quanto dos dominados. Porém,

nessa disputa de forças, é o poder simbólico que hierarquiza a dissipação dos discursos. Pierre Bourdieu, ao citar Chartier, menciona essa produção representativa de si:

A representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. Uma classe é definida tanto por seu ser-percebido quanto por seu ser, por seu consumo – que não precisa ser ostentador para ser simbólico – quanto por sua posição nas relações de produção (mesmo que seja verdade que esta comanda aquela) (Chartier *apud* Bourdieu, p. 177, 2002).

Assim, o conceito será útil para pensar as disputas presentes nas publicações e as idealizações do grupo sobre si mesmo, colocando sua própria percepção social da realidade dentro das produções textuais.

As fontes aqui analisadas têm caráter documental impresso e fazem parte do chamado grupo de jornais alternativos, que circularam durante o regime militar brasileiro mesmo que não o enfrentasse diretamente. A categoria ‘alternativa’, é utilizada para se referir a literalmente uma ‘alternativa’ para driblar a censura, ou até mesmo o preconceito social existente a respeito de determinados temas, além de simbolizar uma ideia de liberdade de imprensa. O pesquisador

Bernardo Kucinski (1998, p. 5) comenta a respeito da utilização do conceito:

A palavra nanica, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam.

A imprensa nanica ou alternativa não foi apenas um meio de comunicação para burlar a censura; foi também uma forma de resistência organizada, pois muitos movimentos pequenos viram nessa modalidade uma oportunidade para expandir e divulgar seus ideais e encontros.

As sociabilidades homossexuais no Brasil sempre foram marginalizadas. Mesmo antes do regime militar, os homossexuais viviam sua sexualidade de maneira velada, criando e frequentando os chamados "guetos". Os guetos eram lugares geralmente discretos, que não chamavam atenção e eram difíceis de serem "descobertos", muitas vezes localizados em áreas

afastadas dos olhos da polícia. A vida pública homossexual nesse período era marcada pelo medo, principalmente o medo de se assumir e vivenciar essa sexualidade no âmbito público, devido à violência e à estigmatização. Embora os guetos estivessem situados em locais públicos, eram espaços de um público-privado, repletos de eufemismos e neologismos para evitar a exposição. Geralmente, eram boates com fachadas fechadas e bares afastados da vigilância policial, sendo frequentados especialmente pela juventude.

A experiência lésbica e a ocupação feminina dos espaços urbanos adquiriram novos contornos de visibilidade à medida que avançavam o movimento emancipatório e os processos de reconhecimento no espaço público. Esse fenômeno é central na trajetória do jornal alternativo *ChanaComChana* e na organização de coletivos específicos dessa época. Antes desse período de articulação coletiva, embora existissem sólidas redes de sociabilidade e vivências homossexuais como os encontros em restaurantes no final dos anos 1950 (Facchini; Simões, 2009) ou as uniões estáveis que desafiavam o anonimato, tais práticas ocorriam predominantemente em espaços de semi-invisibilidade ou sob códigos de proteção necessários à sobrevivência social, mas ainda existiam.

Essa dinâmica de ocupação da cidade sofreu novos cerceamentos após o golpe de 1964. O regime militar não apenas buscou controlar o acesso à informação e desarticular a sociedade civil, como também impôs uma vigilância moral que atingia diretamente as dissidências sexuais. Assim, a repressão não reduziu a existência das experiências lésbicas, mas dificultou drasticamente a sua circulação e organização política, tornando a resistência editorial uma estratégia fundamental contra o projeto de silenciamento do Estado, um espaço de denúncia.

Embora a análise da materialidade física seja limitada pelo uso de fontes digitalizadas, o acervo disponibilizado por Miriam Martinho no portal *Um Outro Olhar* permite observar características fundamentais do suporte original dos periódicos. A digitalização preserva a integridade visual das edições, evidenciando uma estética artesanal marcada pela escassez de recursos cromáticos; as publicações são predominantemente em preto e branco, com o uso pontual do vermelho em edições específicas.

Do ponto de vista estrutural, os periódicos não seguiam um padrão rígido de diagramação ou sessões fixas, o que conferia a cada número uma identidade visual própria. A unidade estética restringia-se ao uso da primeira página como capa, à composição de textos em colunas e à organização do layout em quadrantes. Apesar da ausência de sumários, nota-se a recorrência de seções como "Cartas", "Em Movimento", "Heterror", "Informes" e "Poesias".

As denúncias, objeto central deste trabalho, não ocupavam um espaço fixo ou demarcado editorialmente. Pelo contrário, apareciam de forma esparsa e orgânica, manifestando-se ora como artigos de opinião, ora como comentários sobre fatos cotidianos ou reflexões profundas acerca da realidade lésbica brasileira. Essa fluidez demonstra que a denúncia, nesses periódicos, não era apenas um gênero jornalístico, mas uma prática política transversal a todo o conteúdo publicado. Além disso, um destaque dessas publicações não era somente o tom crítico em relação a vivência lésbica e sua condição, mas a compreensão da realidade multifacetada ao também expor questões como as condições de raça e classe que atravessam as lésbicas.

Toda presença gráfica utilizada no periódico é ou arte manual ou fotografia anexada e mimeografada. Além disso, ressalto que após a edição zero, o Grupo Lésbica-Feminista (LF) chegou ao seu fim, se desarticulando, logo a partir de alguns participantes restantes um novo grupo surgiu a partir dessa dissociação, sendo nomeado Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) que tomou a frente das publicações do *ChanaComChana* a partir de 1982 com a retomada do nome e alteração das estruturas para um formado de zine, em sua maioria materiais datilografados e feitos de maneira independente, contando com o apoio das leitoras a partir das assinaturas. Miriam Martinho comenta a respeito das confusões que surgem com o nome que muitas vezes aparece com outras inscrições e justifica que essas possibilidades se dão por conta da tensão de cadastrar no cartório o registro de um grupo que levasse a palavra ‘lésbica’, assim o grupo de fato assina Grupo Ação Lésbica-Feminista (*ChanaComChana*, ed.3, p. 1-2).

Os boletins das décadas de 1970 e 1980 são impressos e circularam de diferentes formas, como categoria ‘alternativa’ muitas vezes não compunham bancas de jornaleiros, visto determinadas publicações terem temáticas ‘sensíveis’ ao momento político no Brasil, ou até mesmo dado o interesse dos leitores. O *ChanaComChana* circulava principalmente a partir da venda realizada pelas participantes do GALF em locais de sociabilidades e através do envio a partir das assinaturas forma essa também de arrecadação de dinheiro para manutenção da publicação. Segundo relatos de Miriam Martinho, uma das editoras de ambas as fontes, a opção se deu:

Como o coletivo do GALF não tinha condições financeiras para publicar outro tabloide como o *ChanacomChana*, decidiu-se partir para a confecção de um fanzine com os poucos recursos gráficos existentes. Assumi então a tarefa hercúlea (ou melhor amazônica) de produzir os fanzines *ChanacomChana*, confeccionando as matrizes (bonecos) das publicações com textos datilografados, num layout pop-pobre que misturava colagens de

fotos, textos, letras adesivas, guache, nanquim, corretivos, etc [...] Para a impressão do *Chana*, Rosely Roth ficava encarregada de levar as matrizes dos boletins às gráficas dos diretórios acadêmicos de faculdades e da Câmara Municipal de São Paulo, neste último caso para serem impressas nas cotas de parlamentares, como a da sempre solidária vereadora Irede Cardoso, de saudosa memória. A tiragem era de 500 exemplares, tida como cota mínima para impressões em offset, mas seu escoamento, entre vendas e doações, ficava na metade disso (Martinho, Miriam, *UmOutroOlhar*, 2021, s/p).

Os números utilizados para análise foram todas as edições do *ChanaComChana*, desde a número 0 até sua edição final. Ambos os jornais foram localizados em dois acervos: o acervo digital do Grupo Dignidade e o acervo do Grupo de Pesquisa Ciência Saúde Gênero Sentimento (CISGES). Como veículo comparativo também foi utilizada a digitalização feita por uma das editoras do *ChanaComChana*, Miriam Martinho. Documentos que compõem parte da coleção de seu acervo pessoal foram disponibilizados para acesso em seu endereço eletrônico pessoal, que hoje Martinho utiliza como forma de memória ativa. A partir das análises das edições foi percebido uma latente veia de ‘denúncia’ existente dentro do periódico, não necessariamente de crimes cometidos, mas sim denúncias no sentido de apontar algo, demonstrar uma realidade que tenta se fazer invisível, ou ser compulsoriamente ocultada. A denúncia pode ter várias faces, não necessariamente é um apontamento de crime, mas sim de expressão de algo que não é visto, podendo ser também um alerta, assim como menciona o dicionário de língua portuguesa Michaelis da editora Melhoramentos;

1 Ato ou efeito de denunciar; revelação. 2 Revelação de algo ilegal que era secreto. 3 Acusação de crime ou de qualquer atitude ilegal feita a uma autoridade. 4 Jur Exposição escrita que revela o autor de uma ação criminosa e solicita ao juiz criminal pena prescrita em lei; denunciação. 5 Exposição pela qual uma das partes de um contrato comunica à outra a intenção de rescindi-lo e o prazo para a sua realização.

Logo, denúncia é um verbo ativo, por parte de um agente que comunica, ou seja, pode ser produtor de representação, a partir desse ponto utilizo a ideia de denúncia para analisar representativamente algumas publicações do periódico *ChanaComChana* e compreender se um alternativo é capaz de produzir um espaço seguro de denúncia e de que maneira se expressam essas denúncias.

### **Denúncias e espaços**

O boletim *ChanaComChana* foi lançado em 1982, retomando o nome do antigo jornal, mas agora em formato de boletim e sob a tutela do grupo GALF. O lançamento ocorreu na cidade de São Paulo e chegou a circular por todo o Brasil e até mesmo internacionalmente. A

circulação orgânica e a estratégia de produção livre ajudavam na dissipação e reduziam os custos (Lessa, 2021). Apesar de ser algo novo, a retomada do provocativo nome, o ativismo lésbico se fazia presente na sua primeira edição agora sob a égide do GALF. Agora mais longa que a sua fonte de inspiração de número zero, o boletim compunha capa, desenhos, tirinhas, e era impresso em modelo de três colunas. Continha artigos e informações gerais para lésbicas, propondo-se a ser um verdadeiro espaço de além de sociabilidades; ativismo.

O Boletim ChanaComChana n.1, continuação do jornal que tínhamos editado em fevereiro de 1981, significou uma grande vitória para nós, um dos resultados das nossas batalhas contra a discriminação e a carecece gerais. Nós começamos a vendê-lo, no comecinho de janeiro, com um pouco de atraso pois tínhamos tido problemas para imprimi-lo, mas conseguimos passar adianta praticamente quase toda a tiragem que havíamos rodado. Nele colocamos nossos sentimentos, ideias, críticas (através das histórias em quadrinho), uma entrevista com as mulheres que jogavam futebol e queria que ele fosse legalizado (na época não era), informes e um relato sobre o festival das mulheres nas artes (ChanaComChana, 1984, p. 2).

A capa da edição inaugural contava com um desenho de uma mulher nua com as mãos na virilha, por sua vez saem borboletas por entre suas mãos. É possível também ver na parte superior esquerda o “LF” de Lésbicas-Feminista e grafias apresenta artigos que compunham o boletim. Para além do que é visto, há também o simbólico por trás das borboletas, as borboletas são o renascimento, a transformação, libertação, e libertação é o que o grupo simboliza (Lessa, 2021), além do destaque a palavra Homossexual.

**Figura 2 - Capa mulher de chuteira**



Fonte: ChanaComChana, ed. 1, 1982.

A edição era extremamente marcada pelo ativismo direto, não havia entrelinhas no dito, apenas a pura representação política de lésbicas ativistas expressa sua materialidade em cada página. Todo o contexto do boletim era refletido em noções teóricas como patriarcado, lesbianismo e feminismo. O boletim ainda contava com editorial expressa a intenção do grupo em relação a publicação

É um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também (Boletim *ChanaComChana*, São Paulo, n. 1, p. 2, 1981).

O editorial é bastante evidente em relação à intenção do grupo com a publicação. Não é apenas um espaço de ativismo e informação, mas também um local de sociabilidade, com poesias, humor e divertimento para mulheres lésbicas. Fica bem claro que a ideia era construir um espaço para mulheres lésbicas, um local “público” para abordar temas que, por muito tempo, foram silenciados tanto pela repressão do regime militar quanto pelo patriarcado. O boletim ainda contava com chamadas de participação para as leitoras e uma caixa postal aberta para debater e publicar qualquer coisa relacionada às lésbicas.

A ideia de política em exercício de grupo parece ser um meio de fortalecimento, principalmente para mulheres, na construção de uma nova lógica de militância e temáticas. Assim como explica a carta de separação publicada no *Lampião*, aqui há novamente o reforço da ideia de divisionismo, pelo qual o grupo tentou argumentar que, mesmo em grupos unitários, ainda existe uma luta coletiva. A partir do relato, fica bem evidente que a situação da divisão gerou diversas divergências e brigas dentro do M.H. (Movimento Homossexual), tanto pela questão partidária quanto pelo enfraquecimento da formação inicial e pelo foco alterado para outras questões, visto que agora as lésbicas estavam mais próximas da realidade 'feminista' do que do ativismo 'homossexual'. A edição zero foi elaborada em uma editora da cidade de São Paulo, um dos maiores centros urbanos brasileiros naquele momento. O editorial foi escrito por Fanny, Maria Serrath e Teca, com colaboração de Maria Carneiro da Cunha e Nair Benedito (Lessa, 2021).

O periódico parecia se constituir contra tudo o que havia sido não-dito até então. A compreensão da sexualidade enquanto política era transposta na construção que a publicação estabelecia com a luta dessas mulheres, independentemente de sua raça ou classe. O próprio nome já era um jogo para superar o que tentava ser silenciado e esquecido. *ChanaComChana*,

o nome em letras grafadas, cobria toda a página, referindo-se ao órgão sexual feminino, mas não significava apenas isso: também representava a força, a resistência

ChanaComChana foi um pulo no conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como “CHANCE”; para outros como “CHANCA” (pé grande - sapatão?), e para outra como “CHAMA”. O importante é isentar-se das conotações. (...) sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minotárias (ChanaComChana, 1981, p. 4).

O nome *ChanaComChana* vai muito além da representação da “vulva”; ele é mais que o objeto do desejo. Trata-se de uma manifestação de uma disputa de representação, instaurada pelas próprias mulheres. É uma verdadeira luta por representações. Afinal, se a *chana* aqui não é apenas o prazer, mas a chance, a chama, ela se torna a atribuição de uma nova representação. É a construção do indivíduo feita por elas mesmas, não mais fundamentada nas cartilhas de patologia. É a construção de um grupo forjado por si, não mais um amontoado de disputas, projeções e violências, que viam a lésbica como um inimigo ou como um desvio de ordem mental. Além de afirmar a realidade de que a lésbica pode ser qualquer mulher, não é uma condição exclusiva de classe ou raça.

Além disso, ela passa a ser vista como algo positivo: um reencontro consigo mesma, com a vida e com a materialidade no campo do público. Mais que isso, a “chama” é o elemento fogo, que é uma força primal que arde, corrompe, purifica, incendeia. O fogo pode ser caos, devastação, mas também foi visto por muito tempo como algo sacro, uma purificação.

O uso da linguagem nesse contexto é uma percepção ativa de protesto e manifestação. Nesse jogo de palavras, a ideia é incomodar, subverter as regras e jogar com essa provocação social como ato de protesto e embate. Ao fazer com que vozes tão perseguidas pelo Estado sejam escutadas, é uma declaração direta contra essa força violenta. Trata-se, na verdade, de erguer um projeto político como forma de rejeição ao imposto. Assim, consagra-se como uma palavra de ordem em tempos de moralismo exacerbado sobre o sexo e sobre a questão do prazer.

A segunda matéria do jornal era o artigo elaborado por Maria Carneiro da Cunha, intitulado “*Quem tem medo de Virginia Woolf?*”. O texto discute a questão da representação da mulher enquanto lésbica, abordando o abandono da subserviência feminina e a questão do

feminismo versus lesbianismo. O artigo interroga o medo e a recusa das palavras “lésbica” e “feminista”. A matéria ocupa duas páginas da edição e começa com uma série de apontamentos e questões. O texto é um verdadeiro questionamento das representações postas a respeito desses dois grupos, compostos exclusivamente por mulheres. Então, o que a sociedade vê? E o que veem?

Sobre o feminismo, já ouvi as coisas mais ridículas e mais absurdas, e a própria palavra já se transformou em tabu. Mas por mais imbecil que essas coisas sejam, colocam que é uma beleza e são adotadas cegamente pelos que nos vêm como uma ameaça ao seu sossego de deitados eternamente em falso berço esplêndido. Em geral, se detesta, quem contesta e daí a nos transformar em bode expiatório de mil males deste mundo, do qual não podemos ser culpadas, pois existem há milênios, é um passo muito pequeno. O processo é muito conhecido e só faz se transformar ou mudar de alvo (ChanaComChana, 1981, p. 3).

Aqui percebemos essa ida para o “campo de batalha” da luta das representações, temos o questionamento aberto sobre como as feministas são vistas por essa sociedade brasileira. O texto escrito em primeira pessoa resalta o absurdo e indignação por conta dessa representação presente de forma bem comum tanto na imprensa “oficial” quanto na “alternativa” tudo isso através da escrita de homens, logo, o molde do parâmetro social é a ordem masculina. É a percepção que a beleza é central para além de qualquer coisa e que a mulher é definida por parâmetros e métricas pré-determinados por essa força fálica.

As feministas já foram chamadas de histéricas, mal-amadas divisionistas, desviacionistas, burguesas, pequeno-burguesas alienadas (epíteto curiosamente lançados por outros burgueses e pequeno burgueses que agem como se fossem os cães de guarda de um proletariado ao qual não pertencem) Mas uma das confusões mais comuns é chamar as feministas genericamente de lésbicas, de anti-homem (ChanaComChana, 1981, p. 3).

Tudo o que envolve o discurso do jornal e das lésbicas refere-se à defesa das críticas que elas recebiam e à forma como eram representadas pela sociedade e pelo modelo masculino. Encontramos declarações interessantes sobre a percepção tanto das feministas quanto das lésbicas, e esse local de negação do homem é colocado em um patamar de “inimigo”. As feministas são vistas como lésbicas e as lésbicas como ‘anti-homem’, assim se estabelece essa narrativa em torno do “inimigo”. A lésbica é aquela que rejeita o homem, que desafia, que rompe com a lógica da norma, seja ela a familiar burguesa ou a patriarcal, que mantém a subserviência feminina.

Historicamente, a relação entre o feminismo e o lesbianismo foi marcada por uma ambiguidade política. Embora as feministas, ao questionarem a ordem patriarcal, fossem frequentemente estigmatizadas e igualadas pejorativamente às lésbicas, essa proximidade não garantia uma aliança sólida. Conforme aponta Rachel Soihet (2005), a zombaria e a desqualificação eram armas antifeministas recorrentes, o que levava setores do feminismo a rejeitarem a pauta lésbica para evitar a perda de legitimidade perante a opinião pública. No *ChanaComChana*, essa tensão é denunciada como uma tentativa de manter as lésbicas em um "armário acolchoado" em nome de uma suposta coesão do movimento. Como menciona Miriam Martinho:

Foram bem poucas, no entanto, as concessões que o GALF fazia à ferrenha heteronormatividade da década de 80. Pelo contrário, o grupo vai se caracterizar como pioneiro da visibilidade lésbica, num período em que inclusive o movimento feminista pregava um armário acolchoado para as lésbicas que o compunham. O mantra era “a necessidade política de se dissolver a identidade lésbica em uma identidade feminista mais geral.” A vivência lésbica devia ser encarada apenas como uma particularidade da vida de algumas mulheres e vivida exclusivamente como opção ou preferência sexual. Politização somente para as vivências heterossexuais (Martinho, Miriam. *Um Outro Olhar*, 2019, s/p).

Esse cenário de silenciamento era agravado pelo crescente aparelhamento partidário do movimento feminista na década de 1980. As publicações tentavam tecer críticas sem descaracterizar o movimento, mas evidência como a pauta da sexualidade era tratada como um fator "divisionista" ou uma "questão menor" que supostamente corromperia uma "luta maior" (geralmente ligada à redemocratização ou às pautas econômicas). Em resposta, as militantes que insistiam no debate da pauta persistiram:

O LF chega ao III CMP com o novo grupo que lhe saíra da costela, o Terra Maria Opção Lésbica, para enfrentar o preconceito explícito do chamado Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ligado ao PMDB e responsável pelo jornal a Hora do Povo (HP), que queria expulsar as lésbicas do evento por supostamente negarem a condição feminina, por não serem mulheres (sic). Apesar dos ataques, as LFanas conseguiram permanecer no encontro, distribuíram o texto *Lésbicas e Violência* e lançaram o tabloide *ChanaComChana* (Martinho, Miriam, *UmOutroOlhar*, 2019, s/p).

A participação lésbica diante o movimento feminista era encarada com bastante ressalvas, o comentário de Martinho ressalta parte disso, de que apesar dos ataques o grupo continuou sua tentativa de mobilização, mas encontrou certa resistência por parte das mulheres. Alegando preconceito com sua sexualidade e querendo expulsá-las de participar do

evento. Em outro relato é possível ver melhor essa dificuldade das lésbicas em relação as feministas:

[...] a inclusão das lésbicas na comissão de preparação do II CMP não foi aceita tranquilamente pelas organizações envolvidas. Várias delas, mesmo as que se rotulavam como feministas, expressaram veladamente o receio que sua inclusão poderia afugentar as mulheres de periferia, que ainda seriam muito preconceituosas. [...] O grupo insistiu em afirmar a sua natureza lésbica e até chegou a comparecer a uma reunião de representantes de vários grupos feministas para exigir satisfações. As mulheres heterossexuais negaram que estivessem agindo com preconceito e a questão foi deixada de lado (Macrae, 1990, p. 248).

O texto é bastante direto em relação às críticas pontuadas pelas lésbicas, especialmente o fato de que as feministas precisam começar a rever sua situação enquanto mulheres heterossexuais e suas relações afetivo-sexuais com homens, e como a subserviência nessas relações é priorizada. O ponto central da discussão é o distanciamento, que se torna o único elo de separação entre elas. O único fator que as divide é a relação afetiva com os homens, que ainda é tida como prioritária por parte das mulheres.

Chama atenção o nível intelectual da crítica tecida; não é simplesmente a percepção das lésbicas sobre a situação, mas há também uma reflexão analítica sobre sua materialidade em relação à dupla opressão. Afinal, de um lado estão os homens, e ao lado deles as feministas. Outro ponto importante é perceber como as críticas feitas nas páginas do jornal são fundamentadas em teoria, e a análise a partir da experiência das lésbicas. Aqui, podemos observar uma consciência muito além do prazer, em relação à construção de um pensamento crítico sobre essas questões. Um exemplo disso é a menção a Safo e à repressão sofrida por mulheres ao longo da história, simbolizando a continuidade da luta e da negação das práticas heteronormativas.

Mas o que há ainda por trás dessa generalização é um preconceito ainda muito mais terrível contra as lésbicas, uma espécie de anátema, utilizado por tabela para desacreditar o feminismo. Ora, também há uma má-fé, pois se sabe que o primeiro fato também existe há milênios (Safo viveu no século VI a.C) reprimido ou não. E muitas lésbicas, se quer são feministas ou não se assumem como tal. Está cheio de mulheres com mentalidades machistas e não são especificamente as lésbicas, mas as mais puras representantes do modelo patriarcal e tradicional de mulher. As lésbicas são perseguidas: porque se negam a encarar os papéis que lhes destinam e os subvertem. Ouvindo algumas delas, pude constatar que muitas assumem essa condição dentro de uma perspectiva que se caracteriza como uma recusa. Eu discordo dessa postura, porque acho que as pessoas não se devem definir sempre em termos de contra mas também em turnos de pró, pois não poderia

compreender uma escolha que não implicasse também em prazer e gratificação (ChanaComChana, 1981, p. 3).

O tom pessoal do artigo é direto, com a redatora se colocando no texto de maneira evidente, sempre com uma posição clara. Ao afirmar “eu discordo”, a autora não só expressa sua opinião pessoal, como também articula um ponto de vista fundamentado teoricamente. Ela coloca as "lésbicas" como perseguidas devido ao modelo patriarcal, ligando a violência diretamente à negação do patriarcado. Em contraste, as mulheres feministas, ao priorizarem os homens, são vistas como subjugadas a essa realidade. Essa discussão é importante porque reflete os debates intensos daquele momento no campo de disputa do movimento que começava a florescer e se fortalecer. A questão das "lésbicas" é colocada em destaque e debatida de maneira constante, o que faz com que o jornal desempenhasse um papel central para as lésbicas. Não apenas pela complexidade do debate que ele proporcionava, mas também por se tornar um local de memória, resistência e união. O jornal se consolidou, assim, como um verdadeiro espaço de “informações lésbicas”.

Além disso, as publicações funcionavam como um instrumento de conscientização e empoderamento lésbico, oferecendo não apenas reflexões teóricas, mas também práticas cotidianas de resistência, além de tensionamento da própria realidade lésbica, como o fator de raça e classe bastante envolvidos. Sempre tensionando a ideia de que a lésbica pode ser qualquer uma:

As mulheres lésbicas são negras, brancas, mães, operárias, prostitutas, donas de casa, mas, várias vezes, já nos encontramos no mesmo lugar. O lesbianismo é um barato porque propõe o amor entre as mulheres de qualquer maneira, seja através do amor físico, da ternura e do respeito pela individualidade da companheira, seja através da solidariedade e da luta organizada contra a opressão que sofrem todas as mulheres (ChanaComChana, 1982, p. 2).

O fato de refletir sobre a existência do patriarcado, de preconceito contra lésbicas e da própria saga travada pela publicação em prol do uso de ‘lésbica’ já podem ser entendidos como uma denúncia social, um grito a quem quiser ouvir que essas mulheres sentem desejo por outras mulheres mas além do desejo essa é uma forja política que desafia a ordem, ao expor a existência de suas articulações contra as lésbicas, uma denúncia não é somente sobre violência, crime, mas sobre estruturas subterrâneas que estão sendo expostas a quem puder ler e refletir sobre sua própria realidade.

Permite assim que as lésbicas se reconhecessem como parte de uma coletividade, compartilhando experiências e estratégias para enfrentar as opressões do sistema patriarcal.

Dessa forma, o jornal não era apenas um veículo de comunicação, mas também uma ferramenta política que contribuía para a construção de uma identidade lésbica autônoma e combativa. Ao mesmo tempo, ele servia como um registro histórico das lutas e conquistas desse grupo, preservando a memória de um movimento que buscava transformar a sociedade e garantir direitos e visibilidade para as mulheres lésbicas.

Além desse tipo de denúncias social de estruturas, comportamentos e práticas há também a violência cotidiana expressa no corpo, como a matéria que fala da repressão policial as lésbicas, apresentada na edição 2 do *ChanaComChana* na matéria ‘A negação da homossexualidade’, apresenta a tirinha:

**Figura 3 - Quem é sapatão pro camburão**



Fonte: Chana Com Chana, edição 2.

Na tirinha assinada por Miriam, é possível ver um casal de mulheres reunidas em uma mesa, socializando, até que uma questão é levantada: “Ser lésbica às vezes é fogo, a repressão é qualquer coisa... tem sempre um Richetti<sup>2</sup> por aí” A fala apresenta a questão da lésbica como alvo da repressão, o que passa a ser contestado com a ideia de que todos são perseguidos. Em oposição a essa visão, a polícia aparece e destaca, em tom de exclamação,

<sup>2</sup> José Wilson Richetti foi delegado da Divisão de Crimes Contra a Propriedade em São Paulo entre 1979 e 1980. Tornou-se notório por coordenar as chamadas "operações de limpeza" no centro da cidade, utilizando o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais (vadiagem) para realizar prisões arbitrárias de homossexuais, travestis e prostitutas sob o pretexto da preservação da moral e dos bons costumes. Cf. QUINALHA, Renan. Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca por verdade e justiça. São Paulo: Edusp, 2014.

que “quem é sapatão vai pro camburão”. Imediatamente, a mulher que havia mencionado a repressão desaparece da cena.

O tom cômico surge no final, ao afirmar que o ‘lugar’ é barra pesada, justificando a apreensão das duas lésbicas e deslocando o foco da questão – como se a repressão ocorresse por causa do local e não pela identidade delas. Essa ironia evidencia que, na verdade, a repressão tem um foco específico: não é contra todos, mas contrassujeitos marcados socialmente, como as lésbicas.

Aqui, o tom de denúncia assume uma forma diferente das anteriores, que eram mais expositivas em relação à realidade lésbica. Trata-se de uma denúncia da repressão policial voltada especificamente contra lésbicas, revelando que essa perseguição não é uma casualidade nem um cumprimento imparcial da lei. A lésbica é socialmente construída como criminosa, e essa é a denúncia central da tirinha.

Além disso, a própria matéria que acompanha a tira aborda outro debate relevante da época: a construção de uma identidade política em prol da reivindicação de direitos sociais, e a resistência de muitas pessoas a essa identidade. Há uma recusa em se identificar como ‘lésbica’ ou mesmo como ‘homossexual’, sob o discurso de que “todos somos gente”. No entanto, como demonstrado na tira, as “sapatões” são levadas pela polícia, ficando somente os outros dois personagens. Isso evidencia como a identidade socializada influencia diretamente a repressão sofrida e que a repressão é pública, tanto no constrangimento social, quanto na violência.

Outro exemplo de denúncia, que transcende a violência formal representada pela repressão policial, reside na exclusão perpetrada pelo Estado no que tange ao acesso a direitos fundamentais. Essa violência institucional manifesta-se quando o aparato estatal, ao invés de garantir a cidadania, atua como barreira para que determinados grupos acessem direitos sociais, reiterando uma estrutura de marginalização que é, ao mesmo tempo, política e administrativa, como o exemplo a seguir em outra tirinha na edição de número 1;

Figura 4 - Somos lésbicas!



Fonte: Chana Com Chana, edição 1.

Associada à matéria “*O lesbianismo é um barato*”, a tirinha apresenta um grupo de mulheres que busca o que aparenta ser uma central de denúncias de violência contra mulheres. Na cena, há uma placa solicitando que se denunciem discriminações. No entanto, ao relatarem que foram discriminadas, a atendente pergunta quais seriam as causas alegadas. Quando as vítimas respondem que foi por serem lésbicas, a atendente demonstra espanto ao ouvir a palavra e retruca dizendo que o atendimento é apenas para “mulheres”. As vítimas, então, aparecem com expressões de surpresa e dúvida diante dessa resposta.

A denúncia aqui se manifesta na representação da negação de acesso a direitos sociais como o direito de denunciar discriminações e receber proteção quando a justificativa da violência é o lesbianismo. Além disso, a tirinha evidencia uma outra forma de exclusão: a negação da identidade lésbica como parte do que se entende socialmente por “mulher”. Ou seja, há uma denúncia explícita da ideia de que lésbicas não seriam plenamente reconhecidas como mulheres, sendo, assim, excluídas das políticas de proteção voltadas a esse grupo.

O texto que finaliza a tirinha aprofunda essas questões de denúncia da realidade lésbica no Brasil. Ele aponta que a lésbica paga um preço alto pelo “lesbianismo”: um custo social marcado por julgamentos, marginalização e exclusão, sendo frequentemente empurradas para os guetos da sociedade. Tudo isso é parte de uma estrutura social falocêntrica. Embora ser lésbica seja apresentado como algo positivo um “barato”, o texto ressalta que há punições sociais por esse deleite. Uma dessas punições é justamente a negação do direito de ser reconhecida como mulher e, portanto, de acessar os direitos concedidos a esse grupo.

Logo é percebido através da leituras das edições diversas faces ‘denunciatórias’ da realidade lésbica sob perspectiva, tanto de comportamentos tidos como culturais que violentam a existência lésbica com punições, seja através de estruturas consolidadas como a Família, o Estado, a Cultura que transformam a lésbica em alvo passível de exclusão, marginalidade, as denúncias permeiam esse lugar ao longo das edições, tomando faces diferentes para falar da realidade da lésbica, assumindo assim a publicação como um espaço seguro e importante forjado por esse grupo e por suas leitoras para falar sobre essas situações como forma de tornar aquilo visível, expor evidências de violência, de marginalidade, de dificuldade e até mesmo de negação de cidadania.

### **Conclusões**

Os trechos analisados neste artigo permitem perceber o uso da imprensa como uma forma alternativa de denúncia. O tom denunciatório exposto não se limita às violações de direitos e agressões às vítimas, mas também abarca as denúncias sociais do cotidiano das lésbicas. Estas denúncias abordam o machismo, a exclusão, a invisibilidade e o ódio, sendo forjadas em um espaço conquistado pela luta do grupo, que se apropriou da imprensa alternativa para criar sua própria modalidade: a imprensa lésbica.

Esta análise não apenas evidencia a importância das fontes impressas para construir narrativas históricas dos grupos marginalizados, mas também ressalta a relevância dessas publicações como espaços sociais, políticos e até mesmo de lazer. As fontes impressas, como o periódico lésbico e o atual site de Miriam Martinho mencionados, desempenham um papel crucial na representação e preservação da história e das experiências dessas comunidades. Ao se tornarem espaços de expressão social e política, essas publicações fortalecem a comunidade e contribuem para a luta por direitos e reconhecimento. Além disso, ao oferecerem conteúdo de interesse e entretenimento para seu público-alvo, essas publicações funcionam como locais de lazer e conexão dentro da comunidade, criando, assim, uma garantia de presença no espaço público, desafiando as políticas de exclusão aos homossexuais durante o período das publicações.

A imprensa ‘lésbica’, não só denuncia as violências e opressões sofridas, mas também constrói um espaço de resistência e afirmação de sua materialidade no mundo social. Ela se configura como um instrumento de visibilidade e empoderamento, permitindo que as vozes lésbicas ecoem em um contexto histórico marcado pela repressão e pela marginalização. Dessa forma, esses impressos alternativos não apenas documentam a história, mas também a

transformam, ao propor novas formas de existência e luta para as mulheres lésbicas no Brasil. Além de assegurar a continuidade de suas memórias, o periódico registrava a realidade cotidiana dessas mulheres, projetando suas experiências no tempo e dificultando a imposição do silenciamento histórico.

Assim como Cheryl Clarke, Safo também convocou a posteridade a deixar sinais; mesmo com a distância de séculos, as estruturas de repetição da violência reiteram a tentativa de interdição dessas existências. "Alguém se lembrará de nós/ Eu digo/ Ainda que em outro tempo" (SAPHO apud CARSON, 2002, p. 147). Esse "outro tempo" consagrou-se não apenas como um embate contra o esquecimento, mas como uma tradição de recuperação e reconstrução constante de uma ancestralidade lésbica. O mundo social compreendido como o local da verdade do acontecimento revela-se uma morada de embates, na qual são forjadas ferramentas para conferir sentido à transposição do real para o escrito. No discurso, na linguagem e nas representações, encontram-se os meios para tal operação, especialmente ao tratar de um passado que se recria nas sedimentações de eventos em continuidade, sendo evocado sempre a partir das demandas do presente. Para tanto, mobilizam-se ferramentas teóricas e metodológicas capazes de compreender esses desdobramentos humanos e suas resistências.

As representações são um dos meios que os indivíduos de maneira ativa encontram de recriar narrativas sobre esse passado. Assim, aqui há a demonstração desse embate, dessas lutas de representação, como imposições (Chartier, 1990) de uma realidade social, que é feita de um grupo sob o outro. Aproxima o que Chartier estabeleceu com o sociólogo Pierre Bourdieu (2002), já que essa dominação de um grupo sob outro só é possível graças ao poder simbólico, pois há a hierarquização das representações. No caso do lesbianismo, há uma tentativa de imposição de negatividade e “corrupção moral”.

### Fontes

MARTINHO, Míriam. **Rosely Roth e a autonomia dos movimentos sociais**. Um Outro Olhar, 2015. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2015/08/autonomia-dos-movimentos-sociais.html>>. Acesso em: 23 maio 2025.

MARTINHO, Míriam. **Orgulho Lésbico: o happening político do Ferro's Bar**. Um Outro Olhar, 2022. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2022/06/orgulho-lesbico-o-happening-politico-do.html>>. Acesso em: 23 maio 2025.

MARTINHO, Míriam. **Memória Lesbiana: 43 anos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) entre fato e ficção**. Um Outro Olhar, 2021. Disponível em: <<https://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html>>. Acesso em: 23 maio 2025.

## Referências

- BREU, Márcia e Bragança, Aníbal. **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. *In*: CHARTIER, Roger. (Org). **Práticas da leitura**. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo**: a imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil**: Recompondo um histórico. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro, 2005.
- FERREIRA, Tania Maria Ressone da C., MOREL, Marco *et al.* **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes. (Orgs.). **Leitura**: práticas, impressos e letramentos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- GREEN, James N. **Revolucionário e gay**: a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 ed., revista e ampliada, 2001, Edusp.
- LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividade (Brasil, 1979-2006). Brasília: UNB, 2007.
- LESSA, Patrícia. **Chanacomchana e outras narrativas lesbianas em Pindorama**. Belo Horizonte: Editora Lua, 2021.
- LUCA, Tânia Regina de - História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: Fontes **Históricas** (p. 111-153). São Paulo. Contexto, 2005.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.
- MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.(orgs.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.